



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREGULHO  
ESTADO DE SÃO PAULO



**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

CONCURSO PÚBLICO n. 001/2025  
Período da Tarde

**FISCAL TRIBUTÁRIO**

Nome:

Assinatura:

Data:

**⚠ ATENÇÃO!**

***Leia atentamente as instruções constantes na capa do seu caderno de questões.***

- ✓ Este **Caderno de Questões** contém 40 questões de múltipla escolha com apenas uma resposta correta.
- ✓ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala imediatamente. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- ✓ Leia atentamente a questão no caderno, escolha a alternativa que julgar correta e transcreva para o **Cartão de Respostas**.
- ✓ Ao receber o **Cartão de Respostas** você deve:
  - a) conferir seu nome e assinar no espaço reservado com caneta esferográfica azul ou preta;
  - b) ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas.
- ✓ Durante a aplicação da prova não será permitido:
  - a) qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
  - b) qualquer espécie de consulta;
  - c) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal da sala;
  - d) portar qualquer tipo de aparelhos eletrônicos, bem como qualquer tipo de chapelaria.
- ✓ Não será permitida a substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
- ✓ Para fins de avaliação, serão consideradas apenas as marcações realizadas na folha de resposta, portanto, o candidato(a) não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou de qualquer modo, danificar o **Cartão de Respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade do processamento eletrônico do mesmo.
- ✓ As provas objetivas terão duração de 02h00min, incluídos nesse tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
- ✓ O tempo mínimo de permanência na sala é de 30 (trinta) minutos.
- ✓ Deverão permanecer na sala os 2 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova para assinarem o lacre e o termo de fechamento.
- ✓ Ao terminar a sua prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas e o Caderno de Questões**, um exemplar do caderno de questões das provas, em branco, será disponibilizado, no *site* do INDEC, durante o prazo recursal do Gabarito Preliminar.
- ✓ Para fins de conferência das respostas assinaladas, o candidato(a) poderá solicitar ao fiscal de sala o rascunho para copiar seu gabarito. Não será permitido fazer qualquer tipo de anotação em outro material.
- ✓ Faça a sua prova em silêncio, para que todos façam também.
- ✓ **Os sanitários poderão ser utilizados somente durante o período de realização de sua prova.**
- ✓ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

---

## LÍNGUA PORTUGUESA

---

01. O predicado de uma oração pode ter como núcleo um verbo ou um nome, ou os dois, ao mesmo tempo. Sendo assim, indique abaixo a única oração que apresenta um Predicado Verbal:
- Apenas um candidato parecia ansioso.
  - A condição econômica do país está difícil.
  - A visita chegou inesperadamente.
  - Nós consideramos inaceitável o preconceito racial.
02. "Come-se bem nos restaurantes mineiros". O sujeito da oração classifica-se como um:
- Sujeito simples
  - Sujeito composto
  - Sujeito inexistente
  - Sujeito indeterminado
03. "Lampião caminhava **tenso** pela caatinga". O termo destacado na oração classifica-se como:
- Complemento nominal
  - Predicativo do sujeito
  - Adjunto adnominal
  - Adjunto adverbial de modo
04. A transitividade do verbo na oração: "Rumores estranhos **sucedem** na política do país", é de um:
- Verbo intransitivo
  - Verbo transitivo indireto
  - Verbo transitivo direto
  - Verbo transitivo direto e indireto
05. Sobre a colocação do pronome oblíquo átono nas orações dos itens:
- I. Tudo acaba-se nesta vida.  
II. Calei-me para não magoar ninguém.
- Conclui-se que:
- A colocação pronominal está correta apenas no item I.
  - A colocação pronominal está correta apenas no item II.
  - A colocação pronominal está correta nos itens I e II.
  - A colocação pronominal está incorreta nos itens I e II.
06. Observado a regência dos adjetivos destacados nas orações:
- I. Este garoto é **fanático a** futebol.  
II. Este garoto é **idêntico com** o pai.
- De acordo com a Norma Culta, pode-se afirmar corretamente que:

- A regência nominal está correta apenas no item I.
- A regência nominal está correta apenas no item II.
- A regência nominal está correta nos itens I e II.
- A regência nominal está incorreta nos itens I e II.

07. A oração em destaque no período: "Não choveu o suficiente **conforme foi previsto**", classifica-se como uma:
- Oração subordinada adverbial conformativa
  - Oração subordinada adverbial consecutiva
  - Oração subordinada adverbial condicional
  - Oração subordinada adverbial concessiva
08. Uma palavra abaixo apresenta grafia incorreta. Indique a grafia incorreta:
- Impertinente
  - Imperial
  - Grampiar
  - Grêmio
09. Somente uma palavra nas alternativas abaixo está com acentuação gráfica correta. Indique-a:
- Imobilidade
  - Impassível
  - Imperiálista
  - Impertinente
10. "Ela não **media** palavras para ofender as pessoas". O verbo está conjugado em tempo e modo do:
- Pretérito imperfeito do indicativo
  - Presente do indicativo
  - Pretérito perfeito do indicativo
  - Pretérito mais que perfeito do indicativo

---

## MATEMÁTICA

---

11. Aplique propriedades de logaritmos para determinar o valor de  $\log_9(27\sqrt{3})$ :
- 2.
  - $5/4$ .
  - $7/4$ .
  - $3/2$ .
12. Em uma equação quadrática incompleta do tipo  $ax^2 + bx = 0$ , resolva  $6x^2 - 21x = 0$ :
- $\{-7/2\}$ .
  - $\{7/3\}$ .
  - $\{0, 3/2\}$ .
  - $\{0, 7/2\}$ .

13. Uma editora contratou 15 revisores para revisar 450 páginas de um livro em 10 dias, trabalhando 4 horas por dia. Após 4 dias de trabalho, 5 revisores precisaram ser remanejados para outro projeto. Para que o trabalho seja concluído no prazo original, mantendo-se as 4 horas diárias, a jornada dos dias restantes deverá ser aumentada para:
- 5 horas.
  - 6 horas.
  - 7 horas.
  - 8 horas.
14. Uma fábrica de embalagens possui 6 máquinas que produzem 3.600 caixas em 8 dias, operando 5 horas diárias. A empresa adquiriu 3 máquinas idênticas às anteriores e recebeu um pedido de 10.800 caixas. Se as 9 máquinas operarem 10 horas por dia, o número de dias necessários para completar esse pedido é:
- 6 dias.
  - 8 dias.
  - 10 dias.
  - 12 dias.
15. Qual é o resultado da expressão numérica  $[(2/5 \times 3/4) + (1/2 \div 2/3)] - 1/2$  ?
- $3/5$ .
  - $7/10$ .
  - $11/20$ .
  - $13/20$ .
16. Simplifique completamente a expressão  $(2x^2 - 8)/(x^2 + 4x + 4) \div (x - 2)/(x + 2)$ :
- 2
  - $2(x + 2)$ .
  - $2/(x + 2)$ .
  - $(x - 2)/(x + 2)^2$ .
17. Sejam as funções  $f(x) = 2x + 1$  e  $g(x) = x^2 - 3$ . O valor de  $f(g(2))$  é:
- 12.
  - 9.
  - 6.
  - 3.
18. O aluguel de uma casa, que custava R\$ 500,00 por mês, sofreu um reajuste (aumento) de 12%. Determine o novo valor do aluguel:
- R\$ 60,00.
  - R\$ 440,00.
  - R\$ 512,00.
  - R\$ 560,00.
19. Uma pessoa aplicou um capital de R\$ 800,00 a juros simples, com uma taxa de 5% ao mês (a.m.). Determine o montante total (capital + juros) que ela terá após 4 meses:
- R\$ 160,00.
  - R\$ 840,00.
  - R\$ 960,00.

d.  R\$ 4.000,00.

20. Uma empresa de telecomunicações oferece um plano de internet com taxa de instalação de R\$ 120,00 e mensalidade fixa de R\$ 80,00, independentemente do consumo de dados. A função que representa o custo total  $C(t)$  em reais após  $t$  meses de assinatura desse plano é dada por  $C(t) = 80t + 120$ . Considerando apenas o custo mensal após a instalação, a função que representa o gasto mensal fixo do cliente é uma função:
- Afim.
  - Linear.
  - Constante.
  - Quadrática.

---

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

---

21. No âmbito da administração tributária federal brasileira, a competência para o julgamento de processos que discutam a exclusão do crédito tributário, com base em matéria exclusivamente jurídica, é atribuída a:
- Conselho de Contribuintes do Estado.
  - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
  - Conselho Nacional de Política Fazendária.
  - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
22. No contexto da substituição tributária progressiva (para frente), a responsabilidade na substituição tributária pelo imposto incumbe ao substituto tributário:
- Sobre a operação própria e sobre as operações subsequentes praticadas por outros contribuintes.
  - Sobre operações anteriores realizadas pelo contribuinte substituído na cadeia de circulação.
  - Sobre operações com bens ou serviços imunes ou isentos do imposto.
  - Apenas sobre operações subsequentes praticadas por outros contribuintes na cadeia de circulação da mercadoria.
23. No ordenamento jurídico-tributário brasileiro, a certidão negativa de débitos constitui instrumento de controle fiscal e comprovação de regularidade perante a Fazenda Pública. Em relação aos seus efeitos perante a Administração:
- Garante a quitação definitiva de todos os créditos tributários do sujeito passivo.
  - Assegura a imutabilidade da situação fiscal no momento de sua emissão.
  - Confere ao titular o direito subjetivo à realização de operações econômicas.
  - Vincula o fisco ao seu conteúdo perante atos praticados com base na sua emissão.

- 24.** A classificação dos tributos, conforme o critério legal adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro, estabelece as competências e as hipóteses de incidência para cada espécie tributária. Nesse contexto, o imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) é classificado como:
- Imposto extrafiscal de competência dos Municípios.
  - Imposto real de competência da União.
  - Imposto pessoal de competência dos Estados.
  - Imposto misto de competência comum.
- 25.** A constituição do crédito tributário ocorre por meio do lançamento, ato jurídico-administrativo que materializa a obrigação tributária principal. De acordo com a classificação do Código Tributário Nacional, o lançamento por homologação é característico:
- Dos impostos sobre o patrimônio e a renda.
  - Das contribuições de melhoria e taxas de serviço.
  - Dos impostos sobre a produção e a circulação.
  - Das taxas de poder de polícia e empréstimos compulsórios.
- 26.** As garantias e privilégios do crédito tributário conferem a este posição de preferência em relação a outros créditos na solução do ativo do devedor. De acordo com o CTN (Código Tributário Nacional) e a legislação complementar brasileira, é correto afirmar que o crédito tributário:
- Goza de privilégio especial sobre imóveis do devedor, nos moldes do direito real de hipoteca.
  - Tem privilégio geral apenas sobre os bens imóveis do devedor, excluídos os móveis e os direitos.
  - Tem preferência apenas sobre créditos oriundos de relações de consumo.
  - Possui precedência sobre os créditos quirografários, mas é posterior aos créditos com garantia real e a certos créditos trabalhistas nos limites legais.
- 27.** O fato gerador da obrigação tributária principal constitui situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência. Em relação aos elementos do fato gerador do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana:
- O sujeito ativo é o Município e o elemento material é a propriedade de imóvel urbano.
  - O sujeito passivo é o proprietário e o elemento temporal é o exercício da atividade econômica.
  - A base de cálculo é o valor venal e o elemento espacial é o território da União.
  - A alíquota é progressiva e o elemento subjetivo é a posse do bem imóvel.
- 28.** A imunidade tributária recíproca, prevista constitucionalmente, estabelece limitações ao poder de tributar nas relações entre as entidades federativas. Seu alcance material abrange:
- Apenas os impostos cobrados sobre o patrimônio das entidades imunes.
  - Os impostos incidentes sobre o patrimônio, a renda e os serviços.
  - Qualquer tributo, incluindo taxas e contribuições de melhoria.
  - Todos os impostos, exceto aqueles com base de cálculo própria.
- 29.** A fiscalização tributária configura atividade administrativa vinculada destinada à verificação do cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes. O agente fiscal, no exercício de suas atribuições, possui prerrogativas para requisitar documentos e informações necessárias à apuração dos fatos geradores. O prazo decadencial para constituição do crédito tributário mediante lançamento de ofício conta-se a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, conforme estabelecido no:
- Código Civil Brasileiro.
  - Código Tributário Nacional.
  - Código de Processo Civil.
  - Código de Defesa do Consumidor.
- 30.** Os tratados internacionais em matéria tributária, quando aprovados pelo Congresso Nacional, ocupam posição hierárquica específica no ordenamento jurídico brasileiro. Em caso de conflito com a legislação interna ordinária:
- Prevalece sempre a norma interna posterior.
  - Considera-se revogado automaticamente o tratado internacional.
  - Adota-se a solução que melhor atenda aos interesses da administração tributária.
  - Aplicam-se as regras do tratado por possuírem natureza suprallegal.
- 31.** A legislação tributária prevê hipóteses de extinção do crédito tributário que não envolvem o pagamento pelo sujeito passivo. Nesse contexto, ocorre a extinção do crédito pela decadência, que consiste na perda do direito da Fazenda Pública de constituir o crédito tributário pelo lançamento, em decorrência do decurso do prazo legal:
- Na compensação com créditos líquidos do contribuinte.
  - Na transação com redução do valor originalmente devido.
  - Pelo decurso do prazo quinquenal, contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
  - Na conversão de depósito em renda e arrecadação.

- 32.** As medidas provisórias em matéria tributária estão sujeitas a limitações constitucionais específicas quanto à sua edição e conteúdo. Entre as vedações expressas pela Constituição Federal, inclui-se a edição de medidas provisórias sobre:
- a.( ) Matéria reservada à lei complementar tributária.
  - b.( ) Fixação de alíquotas de impostos extraordinários.
  - c.( ) Estabelecimento de bases de cálculo de contribuições.
  - d.( ) Definição de fatos geradores de taxas administrativas.
- 33.** O princípio da separação dos poderes, consagrado como cláusula pétrea na Constituição Federal, admite flexibilizações funcionais entre os Poderes da República. Nesse contexto, constitui exemplo de controle recíproco entre os poderes:
- a.( ) A edição de medidas provisórias pelo Presidente da República.
  - b.( ) A sustação de atos normativos do Poder Executivo pelo Legislativo.
  - c.( ) A nomeação de Ministros de Estado pelo Chefe do Executivo.
  - d.( ) A elaboração de leis delegadas pelo Congresso Nacional.
- 34.** Os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil orientam sua ação nas relações internacionais. Entre os previstos expressamente no artigo 4º da Constituição Federal, inclui-se:
- a.( ) A prevalência dos direitos humanos sobre a soberania nacional.
  - b.( ) A concessão de asilo político sem distinção de nacionalidade.
  - c.( ) A defesa da paz e a solução pacífica de controvérsias.
  - d.( ) A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- 35.** A Lei Complementar 123/2006 estabelece causas de exclusão compulsória do Simples Nacional. De acordo com a legislação vigente, configura hipótese de perda do direito de opção por esse regime:
- a.( ) A contratação de empregado com remuneração superior a 5 salários mínimos.
  - b.( ) A participação de pessoa jurídica no capital social, exceto nas hipóteses expressamente permitidas pela legislação.
  - c.( ) A obtenção de receita bruta superior a R\$ 3 milhões no ano-calendário anterior.
  - d.( ) O exercício de atividade industrial ou de prestação de serviços, independentemente do anexo de enquadramento.
- 36.** A Lei Complementar 155/2016 promoveu significativas alterações no regime de repartição de receitas tributárias do Simples Nacional. Entre as principais modificações introduzidas no cálculo de repartição dos tributos, destaca-se:
- a.( ) A instituição de faixas de receita bruta acumulada com alíquotas progressivas.
  - b.( ) A unificação das alíquotas de ICMS e ISS em todos os anexos da lei.
  - c.( ) A majoração da parcela destinada aos Fundos Municipais em todas as faixas de receita.
  - d.( ) A criação de alíquota zero para as microempresas nos três primeiros anos de atividade.
- 37.** O Direito Tributário brasileiro adota o sistema de tipologia tributária pentapartite, reconhecendo cinco espécies tributárias distintas. Cada espécie apresenta características próprias quanto à hipótese de incidência, base de cálculo e destinação do produto arrecadado. A contribuição de melhoria distingue-se das demais espécies por vincular-se diretamente à valorização imobiliária decorrente de obra pública, sendo seu limite individual de cobrança determinado pelo:
- a.( ) Acréscimo patrimonial do imóvel.
  - b.( ) Custo total da obra realizada.
  - c.( ) Valor venal do imóvel beneficiado.
  - d.( ) Índice de correção monetária aplicável.
- 38.** A Lei Complementar 24/1975 estabelece normas gerais de direito tributário aplicáveis aos convênios de incentivos fiscais do ICMS. De acordo com seu texto, os benefícios fiscais instituídos por convênio possuem eficácia:
- a.( ) Imediata e automática em todo o território nacional.
  - b.( ) Condicionada à ratificação pelos Estados interessados.
  - c.( ) Restrita ao âmbito do Estado concedente do benefício.
  - d.( ) Vinculada à edição de lei complementar federal.
- 39.** A repartição constitucional de competências tributárias estabelece distinções específicas quanto à capacidade de instituição e majoração de tributos.
- No contexto das limitações ao poder de tributar dos entes federativos, verifica-se que:
- a.( ) O Distrito Federal detém competência cumulativa para todos os tributos estaduais e municipais.
  - b.( ) Os Estados podem instituir contribuição de iluminação pública mediante lei complementar.
  - c.( ) Os Municípios possuem competência residual para a criação de novas espécies tributárias.
  - d.( ) A União pode instituir empréstimo compulsório sem necessidade de lei complementar.

**40.** Os direitos e garantias fundamentais possuem eficácia imediata e aplicabilidade direta conforme preceitua a Constituição Federal. No âmbito do devido processo legal administrativo-tributário, assegura-se ao contribuinte:

- a.( ) A presunção de inocência até o trânsito em julgado da decisão condenatória.
- b.( ) O direito ao silêncio perante requisições de informações pela fiscalização.
- c.( ) A inviolabilidade do sigilo de suas correspondências e comunicações.
- d.( ) A ampla defesa e o contraditório em processos de constituição de créditos.